3. Os prés a abonar mensalmente às praças do grupo A e do extinto quadro da taifa da Armada e às praças readmitidas do Exército e da Força Aérea, independentemente do tempo de serviço prestado, serão os seguintes:

Gradações	Pré mensal
Armada	
Do grupo A:	
Cabo	5 800\$00
Marinheiro dos quadros permanentes ...	5 600\$00
Outros marinheiros	4 000\$00
Grumete reconduzido (a)	5 500\$00
Do extinto quadro da taifa:	
Primeiro-despenseiro (a)	6 100\$00
Exército e Força Aérea	
Readmitidas:	
Primeiro-cabo (b)	5 600\$00
Soldado (b)	5 500\$00
Segundo-cabo (b)	5 400\$00

(a) Gradação que se extinguirá com o desaparecimento das praças que ainda existem com este posto.

(b) Quantitativo a atribuir em substituição do vencimento e do aumento de pré a que se refere a alínea b) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 577-A/75, de 8 de Outubro.

Art. 2.º — 1. O disposto neste diploma aplica-se igualmente aos militares abrangidos pelo regime de vencimentos estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 44 864, de 26 de Janeiro de 1963.

2. Em conformidade com o disposto no número anterior, os quantitativos dos vencimentos base a abonar ao pessoal nele referido passam a ser os indicados no artigo 1.º do presente diploma, com excepção dos casos em que o vencimento complementar se encontra integrado no vencimento base, para os quais este é reajustado em conformidade com o que decorre deste diploma.

Art. 3.º Os soldos, ordenados e prés dos militares na efectividade de serviço não sofrem reduções de qualquer espécie, salvo nas situações de ausência ilegítima, de licença sem vencimento, de licença registada e de licença ilimitada, situações em que perdem a totalidade dos vencimentos.

Art. 4.º É ajustada para a centena de escudos imediatamente superior a totalidade das remunerações resultantes da aplicação do presente diploma que não corresponda a múltiplo de 100\$.

Art. 5.º — 1. Para efeitos de liquidação de diuturnidades relativas a militares dos quadros permanentes dos três ramos das forças armadas, e enquanto não for publicado o despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 461-A/75, de 25 de Agosto, serão adoptadas, transitivamente, as seguintes disposições:

- Os quantitativos a abonar continuarão a ser os do antecedente estabelecidos (Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de Setembro);
- Os vencimentos dos alferes ou subtenentes e dos tenentes ou segundos-tenentes oriundos da classe de sargentos são unicamente acrescidos dos quantitativos das diuturnidades a

que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 710/73, de 31 de Dezembro, até ao máximo de quatro:

- A contagem do tempo de serviço para a atribuição das diuturnidades a que se refere o Decreto-Lei n.º 710/73, de 31 de Dezembro, e o respectivo despacho conjunto de 1 de Janeiro de 1974 é feita a partir da incorporação nas forças armadas.

2. É revogado o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 710/73, de 31 de Dezembro.

Art. 6.º — 1. O presente diploma entra imediatamente em vigor, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. As remunerações estabelecidas no presente diploma serão abonadas a partir de 1 de Janeiro de 1976, data a partir da qual cessam os aumentos de pré mensais fixados no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de Setembro.

3. O disposto no artigo 5.º do presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1976.

Art. 7.º Os encargos resultantes deste diploma são suportados pelas dotações orçamentais respectivas, que, para o efeito, serão consideradas dotações globais.

Art. 8.º As dúvidas e os casos não previstos serão resolvidos por despacho do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, depois de ouvidos os chefes de estado-maior dos departamentos militares.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.

Promulgado em 17 de Janeiro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Decreto-Lei n.º 70/76

de 26 de Janeiro

Usando da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os prés mensais a abonar às praças dos três ramos das forças armadas durante o período de prestação de serviço militar efectivo nas fileiras serão os seguintes:

Postos	Prés mensais		
	Exército	Armada	Força Aérea
Primeiro-grumete	—\$	1 500\$00	—\$
Primeiro-cabo	1 000\$00	—\$	1 000\$00
Segundo-cabo e alunos dos cursos de alistamento ...	900\$00	900\$00	900\$00
Soldado e segundo-grumete	800\$00	800\$00	800\$00
Soldado recrutado e segundo-grumete (voluntário e recrutado)	300\$00	300\$00	300\$00

2. Os cadetes alunos da Academia Militar e da Escola Naval, os cadetes ou soldados cadetes que pres-

tam serviço militar nos três ramos das forças armadas, na frequência dos cursos de oficiais milicianos e dos cursos de formação dos oficiais da reserva naval e da reserva marítima e os instruendos dos cursos de sargentos milicianos do Exército e da Força Aérea serão abonados do vencimento mensal de 800\$.

Art. 2.º — 1. O disposto do artigo anterior aplica-se igualmente a todas as praças abrangidas pelo regime de vencimentos estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 44 864, de 26 de Janeiro de 1963, sendo os quantitativos mensais dos vencimentos complementares a abonar os constantes das tabelas 7 e 9 anexas ao mesmo diploma.

2. A tabela 8 anexa ao citado decreto-lei será reajustada em conformidade com o que decorre do presente diploma.

Art. 3.º O presente diploma entra em vigor em 1 de Janeiro de 1976.

Art. 4.º Os encargos resultantes deste diploma são suportados pelas dotações orçamentais respectivas, que, para o efeito, serão consideradas dotações globais.

Art. 5.º As dúvidas e os casos não previstos serão resolvidos por despacho do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, depois de ouvidos os chefes de estado-maior dos departamentos militares.

Visto e aprovado em Conselho da Revolução.

Promulgado em 17 de Janeiro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, FRANCISCO DA COSTA GOMES.

Para ser publicado nos *Boletins Oficiais* de todos os territórios coloniais ainda sob administração portuguesa.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Portaria n.º 32/76 de 26 de Janeiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério da Agricultura e Pescas, sob proposta do Instituto de Reorganização Agrária:

I

Nos termos dos artigos 1.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho, expropriar os prédios rústicos abaixo discriminados, propriedade de:

Sociedade Agrícola da Goucha e Atela, L.^{da}:

1. Quinta da Goucha e Atela:

Matriz cadastral: 44-000; 6-M M M a 6-M M M-9, da freguesia e concelho de Alpiarça, com 594,4160 ha (207 185 pontos).

José da Câmara Pedroso:

2. Curva do Monte:

Matriz cadastral: artigo 13, secção F, da freguesia e concelho da Chamusca, com 0,1040 ha.

3. Lagarteira:

Matriz cadastral: artigo 60, secção F, freguesia e concelho da Chamusca, com 0,1400 ha.

4. Casalinho:

Matriz cadastral: artigo 82, secção F, freguesia e concelho da Chamusca, com 0,4400 ha.

5. Casalinho:

Matriz cadastral: artigo 111, secção F, freguesia e concelho da Chamusca, com 0,3240 ha.

6. Casalinho:

Matriz cadastral: artigo 120, secção F, freguesia e concelho da Chamusca, com 0,8200 ha.

7. Vinha do Cocho:

Matriz cadastral: artigo 2, secção N, freguesia e concelho da Chamusca, com 3,2800 ha.

8. Castelhana:

Matriz cadastral: artigo 11, secção O, freguesia e concelho da Chamusca, com 6,2080 ha.

9. Os Doze:

Matriz cadastral: artigo 30, secção P, freguesia e concelho da Chamusca, com 4,20 ha.

10. Castelhana:

Matriz cadastral: artigo 39, secção P, freguesia e concelho da Chamusca, com 4,5080 ha.

11. Areias de Fora:

Matriz cadastral: artigo 2, secção R, freguesia e concelho da Chamusca, com 7,1680 ha.

12. Bacelada:

Matriz cadastral: artigo 32, secção S, freguesia e concelho da Chamusca, com 0,9320 ha.

13. Alverca:

Matriz cadastral: artigo 28, secção I, freguesia e concelho da Chamusca, com 7,3520 ha.

14. Património:

Matriz cadastral: artigo 1, secção V, freguesia e concelho da Chamusca, com 32,1280 ha.

15. Paul da Trava — 1/2:

Matriz cadastral: artigo 7, secção X, freguesia e concelho da Chamusca, com 3,8250 ha.

16. Casal de Braga:

Matriz cadastral: artigo 11, secção X, freguesia e concelho da Chamusca, com 302,6250 ha.

17. Arraiolos de Baixo:

Matriz cadastral: artigo 3, secção Y, freguesia e concelho da Chamusca, com 347,1750 ha.